

----- **ACTA N º 06 de 2002** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----DATA DA SESSÃO: Dezassete de Maio do ano de dois mil e dois-----

-----LOCAL DA SESSÃO: Sala de Sessões da Assembleia Municipal-----

-----INÍCIO DA SESSÃO :Dezoito horas e trinta minutos -----

-----ENCERRAMENTO DA SESSAO: Vinte e duas horas e trinta minutos.-----

-----PRESIDIU: Fernando Neves Portal e Silva -----

-----1º SECRETÁRIO: Cesário Alves Correia-----

-----2º SECRETÁRIO: Lilia Cristina Soares Laranjeira -----

-----MEMBROS PRESENTES:-----

-----PARTIDO SOCIALISTA:-----

-----Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira, Maria Cristina Rodrigues Rebelo C. A. Vieira, José Correia de Lima, António Manuel Nogueira Valente Pires e António Celso Neves de Matos.-----

----- CDS/ PARTIDO POPULAR: -----

-----Luís Fernando Pinto da Cunha Monteiro, Fernando Nunes de Andrade, Susana M. Frutuoso T. Brandão, Cirilo da Costa Moura e José Pedro Teixeira Lopes da Silva -----

----- PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

----- Fernando Neves Portal e Silva, José de Oliveira Bastos, Rui Alexandre F. Pinto de Oliveira, Ricardo Laranjeira Queirós, Carlos Tavares Fernandes, Cesário Alves Correia, Paulo Jorge Guimarães Ferreira, Bernardo Freitas Oliveira Lemos Azevedo, Lilia Cristina Soares Laranjeira, Ana Rita Silva e Sousa e Joaquim da Costa Mateus (Presidente da Junta)-----

----- COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA: -----

----- Maria de Fátima Neves Guimarães -----

-----MEMBROS PRESENTES DA CÂMARA MUNICIPAL -----

-----PRESIDENTE DA CÂMARA: Manuel Castro Almeida -----

-----VEREADORES: Josias Gil de Amorim Teixeira da Costa (PS), Rui Manuel Oliveira Costa (PSD), Maria de Fátima P.M. Santos Roldão (PSD), Paulo César Lima Cavaleiro (PSD), Susana Maria da Costa Xará (CDS/PP), Jorge Manuel Teixeira Lopes da Silva (CDS/PP).-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

-----**1 –Período da Ordem do Dia**-----

-----1.1 - Autorização à Câmara Municipal para contratação de um empréstimo -----

-----1.2 - Alteração da cláusula 18ª das condições gerais de concessão de exploração de parcometros à superfície e aditamento de duas novas cláusulas.-----

-----1.3 – Alteração dos artigos 2º. e 5º. do Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento de Duração Limitada.-----

-----**2. – Período de Depois da Ordem do Dia** -----

-----Período para intervenção do público, durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados.-----

----- **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1** -----

-----FERNANDO PORTAL/ Presidente da Assembleia Municipal -----

-----Antes de dar inicio aos trabalhos, o Senhor Presidente saudou todos os presentes e prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“O primeiro refere-se à substituição temporária e pontual do Deputado Carlos Ribas, que de imediato é substituído pelo Deputado Rui Manuel Pinto de Oliveira nos termos da Lei. O segundo refere-se ao aditamento à Ordem de Trabalhos do qual foi dado conhecimento aos Senhores Deputados, de acordo com o previsto, e por estar em conformidade com o estabelecido no artigo oitenta e sete, número dois da Lei cinco A de 11 de Janeiro”.-----

----- Foi lida a Ordem de Trabalhos. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentação de esclarecimentos relativos ao ponto 1.1 da Ordem de Trabalhos.-----

----- CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- Começa por explicar o motivo do empréstimo. Encontra-se a ser feito o apuramento da dívida pela auditoria contratada. Esclareceu que a dívida total da Câmara anda próximo dos vinte milhões de euros, e a dívida de curto prazo anda próxima dos oito milhões de euros. Esta dívida de curto prazo refere-se a empreitadas e fornecimentos. A maior parte das dívidas são fornecimentos do ano 2001,mas também algumas dos anos anteriores. O atraso nos pagamentos da Câmara Municipal causa enormes problemas e injustiças aos fornecedores. Neste momento está a proceder-se ao pagamento das dívidas de Julho de dois mil e um. A Câmara Municipal tem todo o interesse em pagar bem para ser bem servida. Não se pode exigir aos credores o cumprimento dos contratos, se não se cumprir o seu pagamento. Mais disse que em 2001 houve um agravamento do endividamento de mais ou menos 386%, que criou esta grave situação de endividamento .A proposta de empréstimo, até ao limite de cinco milhões de euros, à taxa de juro anual indexada à EURIBOR a noventa dias, com um “Spread” máximo de 1.25 % por um prazo máximo de doze anos e com amortização do capital e dos respectivos juros em prestações trimestrais e sucessivas, servirá para atenuar o actual desequilíbrio financeiro. Não se trata de um aumento de dívida mas sim de uma substituição do credor - disse. Embora considere que a taxa de 1,25% é uma taxa alta – apesar de ter sido a mais baixa apresentada- acrescentou estar seguro que conseguirá baixar a taxa para valores mais aceitáveis para uma instituição como a Câmara Municipal. -----

----- Concluiu dizendo que este valor não esgota a capacidade de endividamento para o ano de 2002. “Não se vai perder qualquer subsídio dos Fundos Comunitários destinados

a financiar investimentos. E vai continuar a ser feita uma gestão apertada, um maior rigor nas compras e um controlo dos materiais”-----

----- FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

-----Aceites as inscrições para as intervenções desta Ordem de Trabalhos.-----

-----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

----- Começa por referir o tempo tão exíguo com que foram entregues os documentos, não dando oportunidade para uma análise detalhada. Refere dúvidas quanto à legalidade do cumprimento dos prazos, algumas falhas e a falta de informação que acompanhava os documentos. Alude à falta de entrega das actas da Câmara Municipal.-----

----- Da análise efectuada aos documentos, fornecidos, subentende que nos próximos quatro, cinco anos, a Câmara Municipal fica no limite da sua capacidade de endividamento, ficando assim o Município muito condicionado para eventuais empréstimos. Refere também a falta de um programa de pagamentos referente aos encargos que o Município tem. Sublinha a importância de se entender os encargos em amortizações e juros a que o município fica abrangido ao longo do tempo. Não está calendarizado como vão ser efectuados os pagamentos e durante quantos anos se vai ter de os efectuar. -----

-----Considera ainda que a Câmara Municipal ficará muito condicionada à possibilidade de futuramente se poder candidatar a eventuais projectos de fundos estruturais ou outros que possam surgir com interesse para o município. Sugere que seja negociada a dívida com os credores, que se imprima ao município as orientações que são do Governo da República, ou seja, contenção das despesas, e dá como exemplo a limitação dos encargos com assessores e outras despesas supérfluas, e a necessidade de rentabilizar ao máximo as capacidades produtivas do município. Aceita o facto de ser feito um empréstimo mas nunca com este valor que considera levar ao extremo da capacidade de endividamento do Município.-----

----- Encerra a sua intervenção dizendo estranhar o facto de Partidos que na altura não tinham a mesma posição da CDU virem agora subscrever um endividamento desta natureza.-----

----- Pelas razões expostas a CDU não aprova o pedido de empréstimo neste valor.--

-----JORGE SEQUEIRA/PS-----

-----Começou por lamentar a reduzida informação disponibilizada que considera ser insuficiente. Sublinhou o interesse que os membros da Assembleia Municipal têm em conhecer melhor os fundamentos da Câmara Municipal relativamente à decisão de contratar este empréstimo e a caracterização da dívida do município que considera ser difusa por estar ainda a decorrer a auditoria.-----

----- Lembrou depois que a vontade do Executivo em contrair um empréstimo representa uma subversão da lógica do Plano e Orçamento e investimentos aprovados recentemente quando se disse que 80% do orçamento se destinava ao pagamento de dívidas. “Considera haver um claro retrocesso relativamente ao que acontecia no mandato anterior quando estavam em causa pontos desta complexidade e desta dimensão.” Refere que a prestação oral dos esclarecimentos feitos pelo Presidente da Câmara à Assembleia Municipal é muito mais valiosa do que a prestação oral do anterior Presidente, mas considera que os Partidos da oposição, para poderem analisar, ajuizar e discutir estes pontos não podem bastar-se com uma informação fornecida no momento da tomada da decisão.-----

-----Considerando ser o Orçamento uma previsão das receitas e despesas do Município, não entende porque esta questão não foi referida na altura:-----

-----Frisa estar posta em causa a racionalidade e a credibilidade da previsão das Receitas e Despesas que foi feita no Orçamento, estando a ser criado um fundo de maneiio, que poderá, por via de alterações orçamentais decididas unilateralmente pelo Presidente da Câmara, dar azo a que de alguma forma a capacidade de determinação

desta Assembleia Municipal sobre a realização dos investimentos e da execução do Plano de Actividades e do Orçamento seja frustrada”-----

----- Salaria o interesse que o PS tem em conhecer com rigor a dívida em causa, e considera que nem toda a dívida justifica a contracção de um empréstimo de médio e longo prazo. Assim, solicitou dados específicos relativos ao montante a pagar a cada credor, mas afirmou que o PS estaria disponível para aprovar uma solução configurada noutros moldes-----

----- Disse: “A Câmara deve estar isenta de comprometimentos com empreiteiros” mas considera ser grave que se afecte desta forma a capacidade de endividamento da Autarquia. Afirma não ser justo que a actual Assembleia Municipal onere o futuro financeiro do município por tão longo tempo, para pagar dívidas que poderiam ser pagas com os fundos correntes do município.-----

----- Finaliza formulando as seguintes questões: Que seja caracterizado o tipo de dívida em causa, o seu período de carência, qual o tempo em termos percentuais de mora e se um empréstimo a curto prazo não resolveria o problema. Para quando o resultado da auditoria que está em curso e o porquê de não se esperar pela conclusão da mesma.?-----

----- OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

----- Começa a sua intervenção referindo que existem inúmeros pedidos dos credores que solicitam a sua intervenção junto do Presidente da Câmara, no sentido de serem pagas as dívidas. Continua dizendo que a situação financeira que o País atravessa é grave, e suporta os efeitos negativos de uma política que foi seguida pelo anterior governo, no que diz respeito a “facilitismos” que queriam fazer crer que Portugal já estava no grupo dos países ricos. Realçou que pelo facto de estar a pagar tardiamente, a Câmara chega a pagar um juro de 6.25 % ao ano, juro superior àquele que vamos pagar à banca se a Assembleia autorizar o empréstimo A Câmara Municipal sendo uma pessoa

de bem, não pode ter este comportamento. Tem de pagar as suas dívidas em tempo útil.-

----- Reitera o que foi dito pelo Presidente da Câmara. A dívida foi agravada em cerca de 380%. Neste momento, essa dívida que deixou de ser corrente para ser uma dívida vencida é na ordem de um milhão e quinhentos mil contos. O problema existe e a actual Câmara tem de o resolver. O Grupo Parlamentar do PSD, concorda com o pedido de empréstimo, e vem propor a esta Assembleia a contratação do empréstimo pelo prazo de doze anos. Considera que fica aquém do que é necessário, o que é extremamente positivo. Se este empréstimo não for autorizado, as dívidas só serão pagas no prazo de cinco anos. Refere ainda que os juros que se estão a pagar aos fornecedores é superior que têm de ser pagos pelo empréstimo. Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PSD, vota favoravelmente este empréstimo.-----

-----LOPES DA SILVA/CDS/PP-----

----- Apela à disponibilização de mais informação à Assembleia e não se mostrou surpreendido com a proposta de se contrair um empréstimo. Salienta a falta de definição e rigor nos valores da dívida apresentados, que não são concretos, e no valor do empréstimo e da sua taxa de juros.-----

----- Ainda relativamente à dívida documentada em trinta e um de Dezembro do ano findo,30% da referida dívida dizia respeito a bens e serviços e 70% seriam dívidas a empreiteiros. Assim, pergunta se parte desta dívida ou a sua totalidade não será comparticipada pelos fundos estruturais.-----

-----Finalizou dizendo: -"O CDS não ficou surpreendido nem admirado com a proposta, ficou sim com o titulo do documento. "saneamento financeiro", porque esperava uma designação mais bombástica" -----

----- JOSÉ LIMA/PS-----

----- Reitera o que foi dito pelos deputados anteriores, mas salienta também a falta de informação documentada e a entrega dos documentos em tempo útil que não deu

oportunidade a ser estudado. Refere que foi dito pelo Presidente da Câmara que não haveria investimentos este ano, porque 80% da receita da Câmara seria destinada ao pagamento das dívidas existentes. Na imprensa nacional, pode ler-se a dramatização que este Governo tenta induzir, como fez o deputado Oliveira Bastos nesta Assembleia Municipal. -----

-----Refere que se deve resolver o problema da Câmara, sem ter pena dos empreiteiros, porque eles não tem pena da Câmara.-----

-----OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

-----Protesto: “A sua anterior intervenção, foi no sentido de justificar algumas situações que se estão a viver no nosso concelho. Esta Câmara está limitada a novos investimentos, mas têm de ser pagos os investimentos que já foram iniciados A ideia que o deputado José Lima transmitiu não corresponde ao que quis dizer”. -----

-----RICARDO QUEIRÓS/PSD-----

-----Esclareceu porque razão o investimento autárquico “não pode deixar de aumentar em 2003”. A capacidade de endividamento deste ano está limitada, porque no ano passado as despesas de investimento foram muitas mas a sua classificação não foi a mais correcta. Reparações e arranjos de estradas foram declaradas como despesas correntes quando eram despesas de investimento. “Só por isso, quanto mais não seja, as despesas de investimento vão ser maiores em 2003”- afirmou.-----

-----Refere a sua perplexidade no que foi dito pelo deputado Lopes da Silva, e considera um contra – senso as afirmações que foram feitas. -----

----- Disse ainda ser um facto que gostaria de se saber já os dados concretos da dívida, mas que isso ainda não é possível, dado a má gestão anterior. Existe um problema que tem de ser resolvido, e é para isso que se está a pedir um empréstimo. Para se executarem os projectos propostos é necessário que se paguem as dívidas. E terminou perguntando: Qual a moral de se exigir dos empreiteiros quando nós não

cumprimos?-----

----- JOSÉ LIMA/PS-----

-----Protesto: Exige que esta Câmara Municipal lhe dê uma lista exhaustiva dos empreiteiros a que se está a pagar 6,25% de juros, e uma lista exhaustiva dos débitos a curto prazo. Repete que não sabe o que a Câmara deve e o que está a pagar. Refere que não se trata de dramatismo mas sim de factos concretos, como sejam não facultar documentos e informações atempadamente. Dada a importância do assunto a tratar tem de se estar devidamente documentado, e considera que esta Câmara é parca na documentação que tem facultado.-----

-----LOPES DA SILVA/CDS/PP-----

-----Protesto: Não concorda com o que o Deputado Ricardo Queirós afirmou e enuncia as opiniões formuladas aquando da apresentação do Plano e Orçamento.-----

-----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- Presta os seguintes esclarecimentos: Sobre o montante da dívida, refere que havia uma parte da mesma que estava certificada, mas existia outra parcela de dívida da qual não se sabe a quantia exacta. É para isso que se está a fazer uma auditoria. Lê o documento fornecido pela Divisão Financeira que informa sobre os novos valores em dívida, refere - os e conclui que, se adicionar aos valores anteriormente apurados estes agora referidos, o valor da dívida a curto prazo atinge o montante de sete milhões oitocentos e oitenta mil quatrocentos oitenta e três euros e um cêntimo(um milhão quinhentos e setenta e seis mil novecentos sessenta e seis contos) valor apurado até ao momento.-----

----- Sobre a falta de informação referida pelos Deputados, diz que sendo do seu interesse é também do seu dever dar toda a informação solicitada. Mas o porquê da lista de credores? Interessam os nomes? Considera que a lista de credores não é importante para aferir deste empréstimo. Mais refere que o empréstimo servirá para pagar a dívida e

o critério básico utilizado para pagamento será a ordem de antiguidade dos fornecimentos. Este critério poderá ter uma flexibilidade caso haja uma empresa muito necessitada à beira de falência. Mais refere que ao contrário do que se passa no Orçamento do Estado, o Orçamento Municipal não pode prever empréstimos não contratados. É proibido inscrever no Orçamento operações financeiras não contratadas. Seria ilegal se o tivesse feito. Mantém o que disse quando referiu que 80% da dotação de Investimento do ano de 2002 é para pagar dívidas de anos anteriores. Esclarece ainda que parte desta dívida tem a ver com as expropriações. -----

-----Quanto à capacidade de endividamento esclarece que a gestão da anterior Câmara no ano de 2001, não tendo o Orçamento aprovado, não poderia efectuar obras de investimento. Assegura que não se vai perder um euro de fundos comunitários -----

-----JORGE SEQUEIRA /PS-----

----- Começa por aludir à sua preocupação com a intervenção do Presidente da Câmara. Não percebeu quando disse “que há pessoas que querem ficar esclarecidas e outras que não.” Considera que todas as perguntas foram colocadas de boa fé. Não aceita que se insinue que estas intervenções visem outros fins que não o bom esclarecimento dos membros da Assembleia Municipal. Também não aceita o que referiu quanto à lista de credores. Ficou claro o objectivo do elenco dos créditos existentes: Mais disse “Não foram esclarecidas as questões postas pelo PS. É evidente que o POCAL não admite que sejam considerados no Orçamento, empréstimos que ainda não estão contratados”.-----

-----Termina dizendo:: “Em vez de se pedir um empréstimo para amortizar dívidas de curto prazo porque não pedir um empréstimo para financiar o plano de investimentos? Seria mais justo para as gerações futuras” -----

-----OLIVEIRA BASTOS/ PSD -----

----- Protesto: É verdade que quando se está na oposição não se detém toda a

informação e isso gera alguma desconfiança. Mesmo que a Câmara Municipal queira fazer trabalho com rigor, justiça e transparência há sempre contestação por parte da oposição que não aceita as explicações. Quanto ao endividamento da Câmara Municipal, não há alteração, apenas se passa dos credores para o Banco - reconhece.-----

-----FÁTIMA GUIMARÃES/ CDU-----

-----Contesta a ideia de que “Quem não alinha não quer ser esclarecido.” O Senhor Presidente da Câmara não quer ser esclarecido nem aceitar as nossas posições, com lista ou sem lista de fornecedores. A CDU continua a achar que este pedido de empréstimo aproxima – se perigosamente do limite de endividamento da Câmara Municipal. Seria aceitável um pedido de empréstimo que se mantivesse razoavelmente pouco acima dos 50% , mas aproximar do limite considera perigoso -----

----- LOPES DA SILVA/CDS /PP-----

----- Pergunta se algumas destas dívidas a empreiteiros, não poderiam ser suportadas por fundos estruturais .-----

----- CASTRO ALMEIDA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- Responde: “Foram recebidos já os últimos doze mil contos do total dos oitocentos e tal mil contos das empreitadas. Todo este valor está já excluído de tudo o que eram fundos estruturais. É dívida líquida”.-----

----- FERNANDO PORTAL /PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----Comunicou à Assembleia Municipal que foi entregue na Mesa uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, sobre um aditamento à proposta da Câmara Municipal relativa ao empréstimo a contratar pelo Município..(Documento anexo a esta acta.) Coloca à discussão e votação a sua aceitabilidade. Foram aceites inscrições para a discussão -----

-----OLIVEIRA BASTOS /PSD-----

----- Refere que esta proposta foi elaborada por terem surgido dúvidas acerca das

exigências do Tribunal de Contas. Terá de ser feito um contrato com a entidade bancária que terá de ter o visto do Tribunal de Contas.-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----- Após um intervalo para apreciação da proposta da qual entretanto foi distribuída cópia pelos deputados, foram retomados os trabalhos. Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para um esclarecimento.-----

----- CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- Informou ver com agrado a proposta apresentada. Os elementos essenciais do referido empréstimo estão explicitados na proposta que veio da Câmara. Mas esclarece que nas instruções do Tribunal de Contas para o visto sobre contratos de empréstimo há um artigo que é relativamente equívoco acerca da competência para aprovação das cláusulas contratuais. Entende, na sua interpretação, que a Câmara Municipal ou o Presidente da Câmara têm competências para aprovar o teor do contrato de empréstimo de todas as cláusulas, desde que aprovado pela Assembleia Municipal, o limite do empréstimo, a taxa de juro e o prazo. Não excluindo a hipótese de haver leituras divergentes, por ser uma questão equívoca e por cautela, está proposto que a Assembleia reconheça à Câmara esse direito: Concluiu, observando - “Não há nada de novo, apenas uma cautela de natureza formal e burocrática”. -----

-----FERNANDO PORTAL /PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

----- Após este esclarecimento passou – se de imediato à votação-----

-----VOTAÇÃO -----

----- **Ponto 1.1 - Autorização à Câmara Municipal para contratação de um empréstimo: Aprovada** com: 11 votos a favor do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 5 votos contra do PS, 1 voto contra da CDU, e o voto de qualidade do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- **Proposta de Aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD .**

Aprovada com 11 votos a favor do PSD, 5 votos contra CDS/PP, 5 votos contra do PS, 1 voto contra do CDU, e o voto de qualidade do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----FATIMA GUIMARÃES /CDU-----

-----Declaração de voto:“ A CDU votou contra, por entender que as razões que a Câmara apresentou, não justificam os inconvenientes que advêm para o futuro do Município, pelo facto de se esgotar de imediato a sua capacidade de endividamento”. Contudo – acrescentou - estariam de acordo com um pedido de empréstimo de menor dimensão conjugado com actos de gestão equilibrada, quer em negociação das dividas a curto prazo, quer no rigor e austeridade das despesas correntes e de capital. Disse ainda que a CDU não entende os receios de eventualmente poder ter que vir à Assembleia o contrato a celebrar com a instituição financeira.-----

-----JORGE SEQUEIRA/PS-----

-----Declaração de Voto: “Relativamente à proposta da Câmara, as razões do voto contra do PS foram já expendidas durante as intervenções. No que diz respeito ao aditamento, se haviam dúvidas relativamente à necessidade ou não de ser a Assembleia Municipal a aprovar todas as cláusulas do contrato, o PS julga que o contrato deveria ser presente à Assembleia Municipal para conhecimento. Essa era a maneira de actuar com segurança e certeza jurídica. Daí também o voto contra do PS por reflectir o ambiente de pouca informação e pouco conhecimento dos contornos do contrato que rodeou a apresentação desta proposta”.-----

-----LOPES DA SILVA/CDS/PP-----

----- Declaração de Voto: ”O voto contra do CDS/PP, deve – se à falta de rigor e informação com que a proposta foi apresentada. O CDS não está contra a resolução da situação financeira da Câmara Municipal, mas sim contra a forma como foi apresentada e dialogada. Falta bastante informação para poder não aprovar, mas sim analisar a

proposta”-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Foi entregue na Mesa uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD para eliminação da cláusula vigésima primeira da concessão de exploração dos parcómetros à superfície. (Documento anexo à acta)-----

-----CELSO MATOS/ PS-----

-----No referente ao ponto 1 - Convocação: Subsistindo algumas dúvidas coloca as seguintes questões:-----

-----Disse:-“ A convocatória foi distribuída em “fascículos” Facto inédito. Nas sessões extraordinárias (cita o art.º 50º, n.º 1 e 2 e art.º 16 n.º 2 do Regimento) refere que foi aproveitado o art.º 87º.(que cita) e considera que é um artigo novo que facilita a vida a qualquer membro desta Assembleia que em qualquer altura e com prazo curtíssimo pode exigir que determinado ponto figure na ordem de trabalhos. Considera um artigo para as emergências, tendo sido utilizado indevidamente. Julga ainda não estar correcto nem fazer sentido um procedimento deste género. Assuntos com matéria desta complexidade carecem de tempo para se estudar os documentos. A deliberação da Câmara acontece no dia catorze e no dia dez já estamos a ser convocados -----

-----FERNANDO PORTAL/ PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

----- Foi registado o seu protesto e as suas razões. O assunto foi largamente estudado e debatido pela Mesa sendo – lhe posteriormente prestados todos os esclarecimentos suplementares.-----

----- **Ponto 1.2.-** Para a sua apresentação é dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA-----

----- Menciona as alterações que pretende efectuar no contrato de concessão de parquímetros de superfície, nomeadamente no respeitante à mudança de preço praticado

e à inclusão do parque construído em frente ao Tribunal. Além de propor uma redução do preço de cinquenta para trinta cêntimos, pretende que passe a ser a Câmara Municipal a recolher as receitas dos parquímetros acabando assim com as dúvidas quanto à competência da PSP para fiscalizar o pagamento. A Câmara ficará com 45% das receitas e à concessionária, à qual será permitida a instalação de novecentos parquímetros na cidade, apesar de ainda só ter posto em funcionamento cerca de metade, entrega 55%, a troco da instalação e manutenção dos aparelhos. A receita anual da autarquia nunca será inferior a nove mil contos.-----

-----Propõem também à Assembleia a alteração da cláusula décima oitava constante da escritura celebrada e o aditamento de duas novas cláusulas (doc. anexo à acta).-----

-----É proposta também uma cláusula adicional constante da mesma proposta (cláusula 20º - doc. anexo à acta). Não se refere à clausula 21º por ter sido proposta a sua eliminação.-----

-----Termina a sua intervenção, clarificando a questão da falência da ECOP e informando que foram postas uma série de condições à concessionária que a obrigam a um reforço de garantias e estética na construção dos referidos parques. Informou ter recebido hoje confirmação da aceitação das condições impostas pela Câmara Municipal, que apresentava uma condição adicional, o alargamento do prazo de concessão dos parquímetros. Tendo dúvidas na legalidade destas condições, declara que irá ser estudado e analisado juridicamente o assunto e, caso seja legal, levá - lo - á à consideração da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

----- Para discussão deste ponto foram aceites inscrições:-----

-----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

----- Refere que, tendo ouvido a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e os dados que expôs, estes teriam sido mais valiosos se tivessem acompanhados os

documentos hoje em análise. Informa ter algumas dúvidas quanto `a fiscalização dos parçómetros.-----

----- Relativamente à alteração do Regulamento dos parques de estacionamento e à alteração da taxa de cem para sessenta escudos considera .ter sido uma perda de tempo. “Descredibilizou – se a Assembleia Municipal, que já tinha decidido e imposto o valor de sessenta escudos” Mais disse: “A vinda da proposta hoje à Assembleia é a prova de que a CDU não estava a ser demagógica e ignorante como foi acusada, curiosamente por quem se abona em Senhor das Leis. Estava sim a cumprir a sua tarefa e a zelar pelos interesses do município defendendo a legalidade. Motivo pelo que a CDU vota a favor”.-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

-----Não havendo mais inscrições, foi posta à aprovação a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre a eliminação da cláusula vigésima primeira da concessão de exploração dos parçómetros à superfície “por ser desnecessária e contraditória”-----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para um breve esclarecimento.-----

----- CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- Encara com interesse a proposta de eliminação da referida cláusula e informa que a mesma se deve a um problema de inserção informática.-----

-----VOTAÇÃO-----

-----Aprovada por unanimidade-----

-----FERNADO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

----- Não havendo mais inscrições, passou – se de imediato à Votação dos pontos 1.2, e 1.3, tendo obtido os seguintes resultados:-----

----- Ponto 1.2 -----

----- **Aprovada por maioria, com 18 votos a favor**; sendo; 10 do PSD, 4 do PS, 4 do CDS/PP, e 2 abstenções, sendo 1 da CDU, e outra do deputado Celso Matos do PS, com ausência da Deputada do PSD, Lilia Laranjeira e do Deputado do CDS/PP Fernando Andrade, e com aprovação prévia por unanimidade da proposta de eliminação da clausula vigésima primeira.-----

----- **Ponto 1.3.**-----

----- **Aprovada por unanimidade dos deputados presentes**, registando – se as ausências de um elemento do PSD, Lilia Laranjeira e de um elemento do CDS/PP, Fernando Andrade.-----

-----FATIMA GUIMARÃES/CDU-----

-----Declaração de Voto: “O aditamento ao Regulamento Municipal de Parques e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada agora aprovado, só entra em funcionamento após publicação em Diário da República”-----

----- FERNANDO PORTAL / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Terminado o período da Ordem do Dia, deu por encerrado o ponto 1.-----

-----**PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2**-----

----- Não houve intervenções.-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

-----Foi proposto ao plenário que fosse efectuado um intervalo para elaboração da minuta-----

-----FATIMA GUIMARÃES/CDU-----

-----Informa que é a ultima vez que a CDU aprova uma minuta da acta tendo dito: “Como em mandatos anteriores a minuta da acta está a substituir a acta. A minuta da acta justifica – se, se posteriormente a acta vier para aprovação” “Como fica resolvido o problema da legalidade das decisões, depois a acta é de somenos importância” Não

põem em questão o mau funcionamento, que se explicava no mandato anterior, mas esclarece que será a última vez que votam a aprovação da minuta.-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

-----Esclarece que as actas se encontram todas elaboradas, e que só não vieram à aprovação por esta ser uma sessão extraordinária. Na próxima Assembleia Ordinária, conforme determina a Lei, serão apresentadas as actas de todas as sessões. “É compromisso da mesa e meu compromisso pessoal apresentar na reunião seguinte a acta da reunião anterior”. Não sendo da responsabilidade deste mandato a apresentação das actas de mandatos anteriores, considera ser um assunto que terá de ser ponderado. “As minutas das actas feitas nesta Mesa com a minha Presidência, nunca servirão para substituir ou sonegar a feitura da acta que será apresentada na reunião ordinária seguinte”- concluiu.-----

----- Nos termos que a Lei estabelece, foi posta a votação a elaboração da minuta da acta, sendo aprovada por unanimidade.-----

----- Lida e posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, com ausência do Deputado do CDS/PP Fernando Andrade.-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----A CHEFE DE REPARTIÇÃO-----